

de companhia, têm sido relatadas por diversos SVO no mundo. Em 2012, o Departamento de Defesa Agropecuária da Secretaria da Agricultura, Pecuária e Agronegócio e a Superintendência de Agricultura do Rio Grande do Sul do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento em conjunto com o Laboratório de Epidemiologia Veterinária da Universidade Federal do Rio Grande do Sul iniciaram uma AR utilizando a técnica de análise multicritérios para avaliar as áreas com maior probabilidade de entrada do vírus da febre aftosa (VFA) no RS e as suas consequências (ou seja, áreas de maior risco), bem como propor medidas de mitigação. Inicialmente, utilizando uma adaptação da técnica de priorização de riscos (*risk priority number*), foi efetuada a classificação dos caminhos com maior risco para a entrada e disseminação do VFA no RS. Posteriormente, foram definidas 28 variáveis para compor a análise multicritério, visando a caracterizar as áreas de maior risco para a doença. A ponderação dos pesos por variável foi realizada pela consulta de 13 especialistas da área. Utilizando-se os dados das variáveis e de seus respectivos pesos, com a utilização do *software* Idrisi<sup>®</sup> versão Selva, foram modelados os mapas de probabilidade de introdução, probabilidade de disseminação e de risco da febre aftosa no RS nos municípios. Ainda, a partir de outras quatro variáveis e dos seus respectivos pesos, foi avaliado o sistema de vigilância no Rio Grande do Sul, que foi incorporado ao modelo de risco, resultando numa caracterização espacial das regiões com seu respectivo risco residual para a febre aftosa. Esse estudo poderá auxiliar tecnicamente os tomadores de decisão a determinar medidas que possam mitigar o risco da introdução e disseminação do VFA nas áreas de maior risco no Estado e, ainda, na decisão de se alterar o *status* sanitário para a febre aftosa, passando para área livre de febre aftosa sem vacinação, o que possibilitará a abertura de novos mercados para os produtos da pecuária gaúcha. **Apoio Financeiro:** FUNDESA. **Palavras-chave:** Análise de risco. Defesa sanitária animal. MCDA.

## 29 ALIANÇAS ESTRATÉGICAS EM SAÚDE ANIMAL

Strategic alliances in animal health

SANTOS, D. V.<sup>1,2</sup>; CORBELLINI, L. G.<sup>3</sup>; CORREA, A. M. R.<sup>3</sup>; BORBA, M. R.<sup>3</sup>; MEDEIROS, A. A. R.<sup>3</sup>; GROFF, F. H. S.<sup>3</sup>; TODESCHINI, B.<sup>2</sup>

1 Laboratório de Epidemiologia Veterinária, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil. E-mail: epilab@gmail.com.

2 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Laboratório Nacional Agropecuário, Laboratório de Diagnóstico de Doenças dos Animais. Estrada Ponta Grossa, 3.036, Ponta Grossa, CEP: 91780-580 - Porto Alegre, RS - Brasil. E-mail: diego.santos@agricultura.gov.br.

3 Departamento de Defesa Agropecuária, Secretaria da Agricultura, Pecuária e Agronegócio do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil.

Nos últimos anos, a OIE tem produzido recomendações para a formação curricular e fomentado a educação continuada de médicos-veterinários, tanto oficiais como particulares. Com o objetivo de buscar uma educação continuada dos médicos-veterinários que compõem a Rede de Informações Zoossanitárias no Rio Grande do Sul (RIZ-RS), o Serviço Veterinário Oficial do Rio Grande do Sul (SVO-RS) e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, com o apoio financeiro do Fundo de Desenvolvimento e Defesa Sanitária Animal, firmaram um Acordo de Cooperação Técnica (ACT) para capacitar os médicos-veterinários que compõem a RIZ-RS para desenvolver projetos de pesquisa e assessorias em epidemiologia aplicada ao SVO-RS. Alicerçado em três pilares: (1) Assessorias técnicas, (2) Desenvolvimento de estudos e (3) Capacitações continuadas, o ACT foi responsável por quatorze assessorias técnicas, entre elas a construção do programa estadual de sanidade ovina, a avaliação de risco para aumentar o prazo de validade do teste de Anemia Infecciosa Equina de dois para seis meses, além de diversas análises populacionais, de ocorrência de enfermidades e de movimentação animal, demandadas pelo SVO-RS. No que se refere ao desenvolvimento de estudos, foram realizados três inquéritos de prevalência estaduais com a determinação dos fatores de risco para cada doença, três estudos epidemiológicos que estão em andamento, além de uma análise de multicritérios. No campo das capacitações continuadas, há uma programação de até 360h, estratificada em três níveis (básico, intermediário e avançado) que visa a abranger a grande maioria dos médicos que compõem a RIZ-RS, voltada para profissionais da área de defesa sanitária animal, inspeção de produtos de origem animal, laboratório, tanto oficiais como particulares. Até o momento, foram capacitados 160 profissionais no módulo de epidemiologia aplicada ao SVO. O estabelecimento do ACT criou uma relação estável entre o Serviço Veterinário Oficial e a Universidade,

proporcionando sinergia pela reunião de conhecimentos de distintas origens em prol da geração de soluções aplicadas aos temas de saúde animal do RS. Esse ambiente foi força motriz para o ACT ultrapassar os seus aspectos formais, possibilitando que todas as partes encontrassem amplo espaço para a produção de soluções customizadas ao universo de saúde animal do RS. Em adição, a horizontalidade da cooperação tem permitido que a formação dos médicos-veterinários da RIZ-RS e dos acadêmicos envolvidos, em seus diversos estágios de conhecimento e aperfeiçoamento, ocorra em um ambiente de coordenação entre produção científica e atendimento de demandas técnico-gerenciais do SVO-RS, o que é ainda incomum no Brasil. **Apoio Financeiro:** FUNDESA. **Palavras-chave:** Acordo de Cooperação Técnica. Defesa sanitária animal. Epidemiologia.

## 30 PADRONIZAÇÃO DAS ATIVIDADES RELACIONADAS AO PROGRAMA ESTADUAL DE ERRADICAÇÃO DA FEBRE AFTOSA NO ESTADO DE SÃO PAULO

Standardization of activities related to the program for eradication of the foot-and-mouth-disease in the state of São Paulo

COSTA, H. L. R.<sup>1</sup>; BUGNI, F. M.<sup>1</sup>; REBELLO, A.<sup>1</sup>; LIMA, J. E. A.<sup>1</sup>

1 Coordenadoria de Defesa Agropecuária, Secretaria da Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo. Av. Brasil, 2.340 CEP: 13070-178, Campinas, SP, Brasil. E-mail: hugo.riani@cda.sp.gov.br.

O Estado de São Paulo é reconhecido pela Organização Mundial de Saúde Animal como livre de febre aftosa com vacinação. A manutenção e melhoria do *status* sanitário são obtidas com o emprego de diversas atividades, realizadas pelos Médicos-Veterinários Oficiais sob orientação da Coordenadoria de Defesa Agropecuária (CDA). Com o objetivo de padronizar os procedimentos adotados nas unidades da CDA, a Coordenação do Programa Estadual de Erradicação da Febre Aftosa (PEEFA) elaborou diversos manuais POP (Procedimento Operacional Padrão). Cada manual é direcionado para uma atividade específica do PEEFA, e os títulos são: 1) "Vacinação Assistida contra a Febre Aftosa"; 2) "Procedimentos após o Encerramento das Etapas de Vacinação contra a Febre Aftosa"; 3) "Arquivamento de Documentos do PEEFA"; 4) "Fiscalização de Certificados de Vacinação contra a Febre Aftosa em Laticínios"; 5) "Atendimento à Notificação de Suspeita de Doenças Vesiculares"; 6) "Vigilância Ativa para Febre Aftosa"; 7) "Cadastramento e Vigilância Ativa em Pontos de Risco para a Febre Aftosa"; 8) "Cadastramento e Vigilância Ativa em Propriedades de Maior Risco para a Febre Aftosa"; 9) "Geoposicionamento de Propriedades Rurais"; 10) "Envio de animais susceptíveis à Aftosa para Zona Livre sem Vacinação"; 11) "Recebimento de animais susceptíveis à Aftosa procedentes de Zona Tampão / Risco Médio" e 12) "Recebimento de animais susceptíveis à Aftosa procedentes de Zona Livre sem Vacinação". Os manuais POP contemplam todas as fases das atividades abordadas, desde o planejamento até os registros nos Sistema Informatizados da CDA: 1) "GEDAVE - Gestão em Defesa Animal e Vegetal" (cadastro de propriedades, registro de vacinações e emissão de GTAs) e 2) "R.A. - Relatório de Atividades" (registro das atividades desenvolvidas por cada funcionário). Os manuais POP foram inseridos na intranet da CDA, e são disponibilizados para consulta pelos médicos-veterinários e demais funcionários envolvidos nas atividades de Defesa Sanitária Animal. Além de padronizar a realização das atividades do PEEFA, os referidos manuais contribuíram para a melhoria no registro das ações, facilitando a comprovação da realização das atividades durante auditorias internas e externas e auxiliando no cumprimento das metas estabelecidas no Plano Plurianual (PPA). **Palavras-chave:** Procedimento Operacional Padrão. Febre aftosa. Defesa sanitária animal.

## 31 VACINAÇÃO CONTRA A FEBRE AFTOSA NO ESTADO DE SÃO PAULO

Vaccination against foot-and-mouth-disease in the state of São Paulo

COSTA, H. L. R.<sup>1</sup>; BUGNI, F. M.<sup>1</sup>; REBELLO, A.<sup>1</sup>; LIMA, J. E. A.<sup>1</sup>

1 Coordenadoria de Defesa Agropecuária, Secretaria da Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo. Av. Brasil, 2.340, CEP: 13070-178, Campinas, SP, Brasil. E-mail: hugo.riani@cda.sp.gov.br.

O Estado de São Paulo possui uma população de 9.975.595 bovídeos, aproximadamente 5% do rebanho brasileiro e é o principal exportador de carne bovina, tendo sido responsável em 2014 por 30% das exportações efetuadas. O último foco de febre aftosa em São Paulo foi registrado em março de 1996, e o Estado é reconhecido pela Organização Mundial de Saúde Animal (OIE) como livre de febre aftosa com vacinação. Essa situação sanitária é